



**RELATÓRIO DA REUNIÃO BILATERAL COM O GOVERNO FEDERAL
SOBRE MEIO AMBIENTE – ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO NACIONAL
DE RECURSOS HÍDRICOS 2021-2040**

Brasília, 24 de setembro de 2020.

1. Objetivo:

Identificar as principais interfaces e demandas da Política e planos de meio ambiente em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e propor uma agenda de cooperação para a construção do PNRH 2022-2040.

2. Contextualização dos objetivos e esclarecimentos sobre a dinâmica da reunião. DRHB/SNSH/MDR:

A Coordenadora Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Regional, Senhora Adriana Lustosa, deu início à reunião contextualizando os diálogos bilaterais no processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Informou tratar-se de uma primeira aproximação com os ministérios que estão à frente das políticas setoriais, buscando as interfaces dessas políticas como a política e o plano de recursos hídricos.

O Senhor Flávio Tröger, Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), ressaltou a importância de alinhar os instrumentos de planejamento das duas políticas, sendo a elaboração do novo PNRH uma oportunidade de identificar pontos fundamentais da Política de Meio Ambiente que tenham relação com os recursos hídricos, os quais podem constar como diretrizes ou recomendações para os instrumentos de gestão de Recursos Hídricos.

Em seguida, a Sra. Adriana Lustosa informou sobre a dinâmica dos trabalhos. Inicialmente, será realizado um bloco de apresentações, no qual serão brevemente apresentados o processo e o calendário de elaboração do novo PNRH. O representante da ANA apresentará as informações preliminares sobre o meio ambiente do “Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos”, que constitui a base do conteúdo do diagnóstico do PNRH. Posteriormente, as instituições convidadas farão exposições sobre suas competências e ações relacionadas ao licenciamento ambiental (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA) e a respeito da criação, planejamento e manejo de unidades de conservação (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio), destacando interfaces do tema com a política e a gestão de recursos hídricos.

Concluídas as apresentações, os presentes poderão expor sua análise acerca da convergência entre as políticas em um breve debate, com o objetivo de construir uma proposta de agenda de colaboração para as próximas etapas do processo de elaboração do novo PNRH.

3. Síntese das apresentações

3.1 Instituição: Coordenação Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos – CGPRH/DRHB/MDR.

Palestrante: Adriana Lustosa

Tema: “Processo de elaboração do novo PNRH”.



A Sra. Adriana Lustosa iniciou sua explanação apresentando a estrutura organizacional do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, que faz parte da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, e suas competências com relação à gestão dos recursos hídricos. Contextualizou a aprovação e os processos de revisão do PNRH entre 2006 e 2020, que tem como objetivo geral ser um pacto nacional para a melhoria da oferta de água, gerenciando as demandas e tratando a água como elemento estruturante para a implementação de políticas setoriais considerando a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Destacou, ainda, a participação dos comitês de bacias hidrográficas, das instituições que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade geral em sua construção.

O cronograma de elaboração do novo PNRH, cujas diretrizes, programas e metas serão estabelecidos para um horizonte temporal até 2040, foi apresentado aos presentes. Explicou que o diálogo sobre as interfaces entre o planejamento de recursos hídricos e meio ambiente tem por objetivo identificar as lacunas na articulação com a gestão ambiental e territorial e eventuais necessidades de regulação do tema. Além disso, as reuniões bilaterais no âmbito do governo federal auxiliarão na construção de um seminário sobre planejamento setorial do Governo Federal, que fará parte da fase de articulação e mobilização para a elaboração do Plano.

3.2 Instituição: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

Palestrante: Flávio Hadler Tröger

Tema: “Conjuntura 2020 e PNRH 2022-2040”.

O Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos iniciou a apresentação explicando que o Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos 2020 são a base técnica preliminar para o novo PNRH, ou seja, seus dados servirão de subsídios para as principais discussões do seu processo de construção. Em 2021, junto às atividades de elaboração do Plano, a ANA trabalhará no chamado Relatório Pleno de Conjuntura 2021, que conterá o Diagnóstico e Prognóstico no PNRH 2022-2040.

Quanto à estrutura do Relatório de Conjuntura, destacou o enfoque dado ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável para a água e saneamento (ODS6) e mencionou os indicadores que tratam da qualidade da água nos corpos hídricos e dos ecossistemas aquáticos, por sua interface com a questão ambiental. Outros capítulos descrevem as principais informações de quantidade e qualidade de água e de modelagem do lançamento de efluentes no país, a evolução da gestão dos recursos hídricos e seus instrumentos de gestão, soluções de segurança hídrica e os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos.

Por fim, informou que os Relatórios de Conjuntura e os dados e informações gerados a partir deles e de outros estudos elaborados estão disponíveis no Portal do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, disponível no endereço eletrônico <https://www.snirh.gov.br>.

3.3 Instituição: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama

Palestrante: Jônatas Souza da Trindade

Tema: “Licenciamento ambiental e recursos hídricos”

O Sr. Jônatas da Trindade, Diretor de Licenciamento Ambiental, afirmou que existe grande aderência entre o conteúdo do Relatório de Conjuntura apresentado e a atuação do Ibama, salientando que a diferença estaria no foco dado no licenciamento aos empreendimentos. Explicou que a autorização para o exercício de determinadas atividades é baseada nos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente: o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais.

A respeito das bacias hidrográficas como unidades de gestão, esclareceu que são consideradas em estudos ambientais, mas geralmente de forma localizada (microbacias e trechos de bacias), com o objetivo de avaliar os efeitos sobre a qualidade ambiental e os riscos associados aos empreendimentos. Como instrumento relacionado à gestão, mencionou a existência do *Plano Ambiental de Conservação e Uso* do Entorno de *Reservatório Artificial*, cuja função é estabelecer diretrizes e proposições para disciplinar o uso, Conservação e recuperação da área de preservação permanente de reservatórios, e é discutido com a população local do seu entorno.

Por fim, descreveu o licenciamento como a tentativa de conciliar o desenvolvimento com o ganho ambiental (ou menor perda possível), baseado em um tripé ambiental, social e econômico. Com relação aos recursos hídricos, o licenciamento busca o garantir o cumprimento da legislação correlata na implantação e operação dos empreendimentos, independentemente do tipo de atividade analisada.

3.4 Instituição: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Palestrante: Bernardo Ferreira Alves de Brito

Tema: “Unidades de conservação e recursos hídricos”

O Sr. Bernardo de Brito, da Coordenação-Geral de Criação Avaliação e Planejamento do ICMBio, explicou que o foco das ações da instituição é a criação e gestão de espaços territoriais protegidos, sendo atualmente 334 unidades de conservação. Acrescentou que existe grande demanda, proveniente dos municípios, pela proteção de áreas de captação para o abastecimento público.

Como interfaces com a gestão de recursos hídricos, mencionou a manifestação das entidades componentes do SINGREH na definição das áreas prioritárias para a proteção dos recursos hídricos. Por serem áreas geridas de forma diferenciada, as unidades de conservação podem garantir a qualidade da água no local, bem como contribuir para a sua disponibilidade em termos quantitativos. Além disso, mencionou que em muitos casos a definição dos limites para a criação de uma unidade considera o recorte de bacia hidrográfica, de forma a proteger uma bacia ou microbacia.

Já a definição do Plano de Manejo de uma unidade criada deve considerar todas as políticas públicas abrangidas no território em questão, inclusive o Plano Diretor municipal e a política de recursos hídricos. Citou como exemplo de unidade criada no Distrito Federal aquela que abrange a bacia hidrográfica do rio Descoberto, na qual a gestão é integrada e inclui o comitê da bacia.

4. Interfaces e sugestões de conteúdo para Diretrizes, Recomendações, Normativos do PNRH 2022-2040

- Implementação das metas do ODS6;
- Aprimoramento de normativos relativos ao instrumento de enquadramento dos recursos hídricos;
- Identificação de áreas sujeitas a restrições de uso (para proteção de mananciais, recarga de aquíferos, etc.);
- Ações de conservação de água e solo;
- Licenciamento ambiental em regiões com conflito pelo uso da água;
- Soluções baseadas na natureza para a promoção da segurança hídrica;
- Impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos;
- Participação do SINGREH na definição das áreas prioritárias para a conservação dos recursos hídricos (criação de unidades de conservação);
- Inclusão de avaliação ambiental integrada no planejamento de recursos hídricos;
- Cobrança pelo uso de recursos hídricos e pagamento por serviços ambientais (como beneficiar a proteção fornecida pelas unidades de conservação).

5. Lista de presença da reunião

1. Adriana Lustosa da Costa
2. Anderson Felipe Medeiros Bezerra
3. Arielle Marie Matos Monteiro
4. Bernardo Ferreira Alves De Brito
5. Daniel Martinelli Duarte
6. Diana Leite Cavalcanti
7. Flavia Oliveira
8. Flávio Hadler Tröger



9. Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez
10. Jonatas Souza Da Trindade
11. Josana de Oliveira Lima ESSER
12. Jose Luiz Souza
13. Larissa Alves da Silva Rosa
14. Larissa Rosa
15. Leonardo Klosovski
16. Luciana Aparecida Zago de Andrade
17. Márcio de Araújo Silva
18. Mirela Garaventta
19. Neuilde Soares da Silva
20. Paula Pinha
21. Roberto Carneiro de Moraes
22. Rosana Mendes Evangelista
23. Sérgio Ayrimoraes
24. Tibério Magalhães Pinheiro

ANEXO – PAUTA DA REUNIÃO

REUNIÃO TÉCNICA SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 2022-2040 TEMA: PNRH E MEIO AMBIENTE

Dia 24 de setembro de 2020, das 16h30 às 18h30.

Objetivo: Identificar as principais interfaces e demandas da **Política, Planos, Ações e Estudos referentes à agenda do Meio Ambiente**, em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e propor uma agenda de colaboração para a construção do PNRH 2022-2040.

Participantes: MDR, ANA, MMA, ICMBio, Ibama.

16h30 às 16h40	Abertura da reunião e apresentação dos participantes. DRHB/SNSH/MDR e participantes.
16h40 às 16h50	Processo e calendário da construção participativa do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2022-2040). DRHB/SNSH/MDR.
16h50 às 17h	Apresentação de informações preliminares do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2020 relacionadas ao Meio Ambiente. SPR/ANA.
17h às 17h10	Competências e ações do MMA relativas à política e planejamento da gestão ambiental territorial e urbana, com foco na interface com a política e gestão dos recursos hídricos. SQA/MMA.
17h10 às 17h20	Competências e ações do MMA relativas ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, com foco na interface com a política e gestão dos recursos hídricos. SQA/MMA.
17h30 às 17h40	Competências e ações do Ibama relativas ao licenciamento ambiental, com foco na interface com a política e gestão dos recursos hídricos. DILIC/Ibama.
17h40 às 17h50	Competências e ações do ICMBio relativas à criação, planejamento e manejo de Unidades de Conservação, com foco na interface com a política e gestão dos recursos hídricos. DIMAN/ ICMBio.
17h50 às 18h20	Tópicos para debate: a) <i>Qual a interface ou demanda da Política, Planejamento e Ações da agenda de Meio Ambiente, em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos (planos de recursos hídricos, enquadramento, cobrança pelo uso da água, outorga, sistema de informações) e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos</i>

	<p><i>Hídricos (Conselhos de Recursos Hídricos e Comités de Bacias Hidrográficas)?</i></p> <p><i>b) Como é possível construir uma agenda de colaboração para a superação de lacunas de informação e de normativos legais, o atendimento de demandas e/ou o aprimoramento e potencialização de ações?</i></p>
18h20 às 18h30	Proposta de encaminhamentos. DRHB/SNSH/MDR.